

Ata nº 3/2021

9 de abril de 2021

----- Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão extraordinária, no auditório da Escola Superior Agrária de Coimbra, presidido pela sua Presidente, Maria Manuel Leitão Marques. -----

----- Estiveram presentes os conselheiros que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc. 1) e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente do IPC (PIPC) Jorge Conde, o Presidente da Escola Superior Agrária (ESAC), João Noronha e o Presidente da Escola Superior de Educação (ESEC), Rui Antunes. Participaram também na reunião, por videoconferência, os conselheiros Adalberto Campos Fernandes, Adélio Saraiva, António Leal, Carla Matos Silva, Carlos Santos, Catarina Ferreira, Cristina Trigueiro, Eugénia Devile, Jorge Barreiros, Maria do Rosário Gambôa, Nuno Mendes, Silvino Capitão e Tiago Estevão Martins e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde (ESTeSC), João José Joaquim, a Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGOH), Vera Cunha, o Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAC), Pedro Costa, o Presidente do Instituto Superior de Engenharia (ISEC), Mário Velindro, e o Diretor do Instituto de Investigação Aplicada (i2A), Jorge Bernardino. Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os conselheiros Ana Lúcia Pereira, José Manuel Portugal e Pedro Machado (Doc. 2). ----

----- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte: -----

----- **A) INFORMAÇÕES:** -----

----- **Ponto 1 – Informações;** -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Aprovação da ata da reunião anterior;** -----

----- **Ponto 3 – Agendamento de reuniões ordinárias do Conselho Geral;** -----

----- **Ponto 4 – Participação do IPC na Associação Portuguesa de Serviços Desportivos do Ensino Superior - APSDES;** -----

----- **Ponto 5 – Ratificação das alterações aos mapas de pessoal do IPC de 2020;** -----

----- **Ponto 6 – Discussão e votação do Plano de Atividades do IPC para 2021;** -----

----- **Ponto 7 – Discussão e votação do Orçamentos do IPC e do Orçamento dos SAS para 2021.** -----

----- **Ponto 8 – Outros assuntos.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, a Presidente do Conselho Geral (PCG), Maria Manuel Leitão Marques, cumprimentou os conselheiros e deu início à sessão. -----

----- **A) INFORMAÇÕES** -----

----- **Ponto 1 – Informações.** Não havendo informações a prestar passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- A PCG informou que o conselheiro Hugo Fonseca solicitou que o ponto 4 da ordem de trabalhos fosse discutido no final da reunião (Doc. 3), tendo sido obtida a concordância do Conselho para esta alteração da ordem de trabalhos. -----

----- **Ponto 2 – Aprovação da ata da reunião anterior.** A PCG colocou a votação a ata da reunião anterior, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade (Doc. 4). A PCG propôs que as atas das reuniões passem a ser assinadas após circularem pelos conselheiros e serem aceites as correções solicitadas, tendo os conselheiros manifestado a sua concordância com este procedimento. A conselheira Madalena Abreu solicitou que as atas fossem mais detalhadas quanto ao conteúdo das reuniões. -----

----- **Ponto 3 – Agendamento de reuniões ordinárias do Conselho Geral.** No seguimento do acordado na reunião anterior foram estabelecidas as seguintes datas para as reuniões ordinárias do CG de 2021: 18 de junho, 17 de setembro e 17 de dezembro. -----

----- **Ponto 5 – Ratificação das alterações aos mapas de pessoal do IPC de 2020;** -----

A PCG informou os conselheiros que as alterações aos mapas de pessoal do IPC de 2020 foram efetuadas de acordo com o procedimento adotado pelo anterior CG para agilizar o processo: as alterações de vagas nos mapas de pessoal que obtenham a anuência dos dirigentes das Unidades Orgânicas afetadas, podem ser autorizadas por despacho do PIPC, desde que essas alterações não impliquem um aumento do número global de postos de trabalho, sendo posteriormente ratificadas pelo CG. De seguida, a PCG colocou a votação a ratificação das alterações aos mapas de pessoal de 2020 (Doc. 5), tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. A PCG propôs ainda manter o procedimento anteriormente adotado, tendo os conselheiros manifestado a sua concordância. Após a discussão deste ponto entraram na reunião os conselheiros Adalberto Campos Fernandes e Rosário Gambôa. -----

----- **Ponto 6 – Discussão e votação do Plano de Atividades do IPC para 2021.** A PCG deu a palavra ao PIPC para que apresentasse o Plano de Atividades (PA) do IPC para o ano de 2021 (Doc. 6). Concluída a apresentação, a PCG recordou os conselheiros que a aprovação do PA carece do parecer dos Elementos Externos (EE) do CG (Doc. 7), nos termos do n.º 3 do artigo 12º dos Estatutos do IPC, tendo o parecer sido elaborado pela conselheira Rosário Gambôa a quem agradeceu. Após esta informação, a PCG deu nota da conclusão do parecer dos Elementos Externos, o qual foi aprovado por unanimidade: os EE são de parecer que o Plano Anual de Atividades do IPC para 2021, proposto pelo Presidente, reúne condições

para ser aprovado. De seguida, a PCG deu a palavra aos conselheiros e aos convidados para que se pronunciassem sobre este assunto. -----

O conselheiro Fernando Belfo destacou que a elaboração do PA é feita em colaboração com os Presidentes das UO, um trabalho complexo e moroso e que não é fácil de ser articulado num documento único, pelo que merece ser reconhecido. Considerou que a oferta formativa, no que diz respeito ao 2º ciclo, merece uma particular atenção pelo peso cada vez mais importante que tem na oferta formativa do IPC e que há um indicador que merece reflexão, que é o dos alunos que concluem o 1º ano mas que não concluem o 2º ano, não apresentando a dissertação ou o relatório de estágio. Referiu ser também necessário refletir sobre que indicadores poderiam ser utilizados para medir a qualidade das nossas ofertas formativas, o que permitiria posicionar-nos melhor e oferecer melhores produtos. Relativamente ao ISCAC, apontou que há uma obra muito importante referida na mensagem do PIPC no PA, o edifício com uma biblioteca comum do ISCAC e da ESAC e com um espaço de seis salas de aula destinadas à ampliação do ISCAC, mas que depois não aparece no PA, na descrição das ações a desenvolver, e que era importante que aí ficasse registada. -----

A conselheira Regina Pinto deu os parabéns pelo documento, que é exaustivo, mas necessário que o seja. Referiu a oportunidade de dar formação aos portugueses na diáspora e ajudar no seu regresso. Salientou que é necessário reforçar a importância da inovação e do conhecimento e da interligação com o território e a comunidade, tendo indicado as associações de desenvolvimento local como parceiros neste projeto.- Relativamente à oferta formativa, o conselheiro Jorge Barreiros referiu compreender que os cursos têm de ter sustentabilidade, mas que não se pode perder de vista o facto de a oferta formativa no seu todo ser um fator que promove os cursos de 1º ciclo, entendendo que devem ser sustentados cursos que até podem não ser economicamente favoráveis, mas que no seu todo completam a oferta formativa, dão prestígio à instituição e aproveitam os recursos existentes. Referiu ainda que uma das condições fundamentais para a formação à distância é a formação dos professores por entidades certificadas para o efeito, tendo questionado o PIPC sobre se existe esta formação ou se está em perspetiva a celebração de um protocolo com outras entidades, como a Universidade Aberta, para conceder formação aos docentes a fim de melhor os certificar e capacitar para a lecionação dos cursos. -----

A conselheira Madalena Abreu solicitou que o PIPC disponibilizasse a apresentação do PA porque sistematiza algumas questões difíceis de perceber no documento. A conselheira questionou o PIPC sobre a orientação estratégica para os próximos quatro anos, quais os eixos estratégicos para os próximos anos, como é que as atividades vão ser estruturadas, como vamos aproveitar este contexto de pandemia, como vamos aproveitar as oportunidades que há, qual a posição sobre a digitalização e o ensino à

distância, que também tem muito a ver com a internacionalização. Salientou também a questão da saúde e do bem estar e a necessidade de potenciar o campus. Manifestou ainda o seu agrado com a ligação que considera fundamental ao IParque e à CIM, mas sem podermos esquecer o IPN que é um parceiro fundamental. Referiu também a importância do voluntariado, onde já existe envolvimento, mas que poderia ser mais potenciado. -----

A conselheira Rosário Gambôa deu os parabéns aos PIPC pelo documento que apresentou, onde estão muito bem articulados os objetivos definidos para 2021 com os objetivos programáticos que o IPC definiu para o período de 2017-2021. Sugeriu que no futuro o documento tivesse um enquadramento mais amplo para que quem vem de fora pudesse entender melhor o campo em que se situa, uma vez que é difícil compreender o alcance das metas se não se tiver uma referência temporal do que se passou antes. Referiu que o eixo central de qualquer PA de uma instituição de ensino superior é a formação e que quando se questiona a atratividade da formação a primeira coisa que temos de perguntar é a seguinte: medir a atratividade, mas em relação a quê? Considerou que esta análise está feita no diz respeito às condições de acolhimento dos alunos, também quanto à melhoria e eficácia da gestão, à atratividade do campus, ao estímulo que existe para docentes e funcionários, mas que há uma reflexão mais estratégica: o tipo de cursos que oferecemos, pela sua temática, pelo tipo de ensino, está a apontar para o sítio certo? A oferta é atrativa, o próprio modelo de ensino é atrativo? Salientou a necessidade de criar momentos profundos de reflexão nas Escolas, de analisar indicadores que já existem, de discutir, e procurar melhorias. -----

O conselheiro Silvino Capitão referiu que a reflexão sobre a oferta formativa e a atratividade tem nuances grandes na instituição porque trabalhamos em áreas científicas muito diversificadas e que há cursos que, à partida, são mais difíceis, como é o caso das engenharias, e por isso também menos atrativos. Referiu a necessidade de uma alteração na legislação de acesso ao ensino superior, que não se pretende que seja facilitadora, mas que permitisse que os Politécnicos pudessem fornecer à entrada formação para quem não cumpre os requisitos de acesso. Salientou ainda a necessidade de docentes fortemente ligados à colaboração com a indústria, ou à investigação, pudessem ser libertados um pouco mais da componente letiva para realizarem outro tipo de trabalhos que pudessem suportar a criação de doutoramentos no politécnico. -----

O conselheiro Eduardo Natividade referiu que o documento é muito denso, mas agradeceu ao PIPC o enquadramento feito que ajudou a perceber o PA. Salientou que o PIPC falou em aumentar a investigação, a prestação de serviços, em fomentar o empreendedorismo, mas que é difícil desenvolver estas atividades com a distribuição de serviço docente nas 12 horas semanais tomadas como regra, sendo



um mínimo em vez de um máximo. Referiu também que o sistema da qualidade foi importante para a acreditação dos cursos, mas que se tornou um sistema pesadíssimo que sobrecarrega muito os docentes, e que o objetivo agora deverá ser o de agilizar o sistema, pôr a qualidade ao serviço da organização e não a organização ao serviço da qualidade. Em relação à atratividade dos cursos de 2º ciclo, considerou que poderia haver oferta de mestrados interdisciplinares no IPC. No que diz respeito à internacionalização, nomeadamente ao aumento dos alunos que vêm de fora, referiu ser fundamental oferecer um catálogo de unidades curriculares lecionadas em inglês. -----

A PCG agradeceu a síntese feita pelo PIPC, fundamental em particular para os elementos externos. Referiu que da discussão e das intervenções resultou que um dos aspetos a ter em atenção é a perda de estudantes do 1º para o 2º ciclo, sendo esta também para si a principal preocupação da leitura do PA. Referiu que com a informação que está no PA não consegue ter resposta para todas as questões, sendo necessário saber se os alunos que não ficam cá vão para outros Politécnicos fazer o 2º ciclo, ou desistem, ou não ficam porque acham que vão ter os mesmos professores e as mesmas matérias um pouco mais desenvolvidas. Salientou que temos de perceber muito bem a nossa falta de procura, sobretudo dos que estavam cá e esperávamos que continuassem, mas também dos que não estavam cá. Temos de saber se não há nada a fazer ou o que podemos fazer para melhorar, tendo considerado que já foram dadas sugestões importantes como a interligação de cursos entre Escolas. Referiu que este é um ponto crítico e estratégico que merece uma reflexão numa futura reunião do CG. A PCG manifestou o seu agrado com a preocupação com a economia circular, muito em sintonia com as grandes transições que estão a ser trabalhadas na União Europeia. Referiu também a importância do voluntariado, pelas competências que permite adquirir noutro tipo de atividades. Referiu ainda que gostaria de saber mais sobre a empregabilidade, uma vez que o PA indica as ações que vão ser desenvolvidas, mas que é preciso saber para onde vão os nossos alunos e o que estão a fazer, em que tipo de empresas estão, como se integraram no mercado de trabalho. Referiu também que é fundamental a aposta no ensino ao longo da vida, nas formações não conferentes de grau, e que o IPC deve apostar na área das competências digitais e da inteligência artificial. Quanto à área dos projetos financiados, salientou a importância de concorrer aos diferentes fundos, de fazer um grande esforço com parcerias, em conferências com quem sabe como se concorre, em trabalhar na construção destas candidaturas. Referiu também que devemos pensar em conjunto com as empresas, por exemplo, para a digitalização pensada no PRR. Salientou ainda a importância da desmaterialização e da simplificação de procedimentos, tendo referido que este é um projeto que deve ser desenvolvido com grande participação do pessoal não docente e também com os docentes, sendo até interessante haver projetos conjuntos com outras IES. A PCG cumprimentou todas

as Unidades Orgânicas pela sua ambição e pelo seu sentido crítico sobre os seus problemas, e referiu a necessidade de vermos para onde vai o mundo: a saúde personalizada, a economia circular, a digitalização, mas também as novas metodologias que temos de aprender para nos reciclarmos na forma como ensinamos, provavelmente um ensino muito menos diretivo e muito mais participativo, sendo que investir nas metodologias também é investir na atratividade dos cursos. Seguidamente a PCG deu a palavra ao PIPC. -----

O PIPC agradeceu os contributos e prestou os seguintes esclarecimentos: Relativamente à oferta formativa, informou que há dois estudos, um que incide sobre o 2º ciclo e outro que incide sobre o 1º ciclo, que estão numa fase final e que vão ser divulgados durante o 2º trimestre. Referiu que o objetivo era que conseguíssemos que 50% dos nossos estudantes ficassem para o 2º ciclo e que se conseguirmos cumprir esta meta o problema da sustentabilidade dos cursos do 2º ciclo está resolvido, sendo que está a ser pensado como vamos lecionar o 2º ciclo com outros professores, como vamos articular com as prestações de serviços. Referiu ainda que da análise que já fez, resulta que os alunos gostavam de ter um semestre de estágio porque entendem que esse estágio é mais determinante do ponto de vista da empregabilidade do que a leção de algumas unidades curriculares. Em relação ao edifício comum da ESAC e do ISCAC, informou que o projeto de arquitetura já deu entrada na Câmara, que termina hoje o prazo para a entrega dos projetos de especialidade e que logo que tenhamos os projetos e o caderno de encargos irá ser lançado o concurso, esperando que a obra possa arrancar durante o verão caso não haja demora do processo no Tribunal de Contas. Quanto aos portugueses na diáspora informou que há um projeto nacional de todos os Politécnicos, coordenado pela Secretaria de Estado, que envolve um conjunto de parceiros, e que estamos a articular a promoção do nosso ensino na diáspora. Este projeto deverá ser iniciado neste ano letivo, para arrancar no ano que vem. O PIPC informou também que estamos muito apostados na ligação às associações territoriais e que estamos a fazer a ponte com associações de desenvolvimento local, no sentido de desenvolver um projeto com uma equipa de técnicos que resolva os problemas e não que fale sobre os problemas. Referiu ainda que manter os cursos de 2º ciclo com poucos alunos é uma opção das Escolas, mas que no seu entender esses cursos não devem ser abertos só para atribuir serviço docente, sendo preferível libertar esses docentes para desenvolverem outras atividades, não sendo obrigatório que todos tenham 12 horas letivas. Quanto à formação à distância considerou que é uma área importante, tendo informado que vai procurar fazer um projeto para formar os professores nesta modalidade de ensino, tendo destacado o papel importante do CINEP nesta matéria e na ligação à Universidade Aberta e a outros parceiros. Relativamente às opções estratégicas para o quadriénio considerou que não é o sítio certo para as apresentar atendendo a que

estamos a meio do processo eleitoral, mas que há objetivos delineados. Em relação à desmaterialização de processos informou que caminhamos para os 100% na área do aprovisionamento e dos recursos humanos. Quanto ao sistema da qualidade referiu que o objetivo é agilizar e automatizar, e que todos os processos que forem passíveis de ser digitalizados e que isso traga benefícios, serão digitalizados. No que diz respeito à saúde informou que o grande projeto que está para nascer é na área da saúde escolar, que já estamos a trabalhar muito a área da saúde mental e que nas áreas que não podermos desenvolver internamente iremos trabalhar em parceria com as entidades de saúde local. Informou ainda que vamos continuar a trabalhar a ideia do sustentável. O PIPC informou também que não referiu o IPN na sua apresentação por ser um parceiro com quem o IPC já trabalha há muito tempo, tendo destacado os novos projetos. Referiu que na área do voluntariado há claramente espaço para podermos articular um programa mais alargado, não só local, mas ligado a redes que o IPC já integra a nível internacional. O PIPC informou que vai mexer no formato do PA, que o documento está complexo e que precisa de uma introdução que enquadre as ações a executar, tendo assumido o compromisso de apresentar o próximo PA em setembro de acordo com as regras. No que diz respeito à atratividade dos cursos e a pensar a atratividade em relação a quê, concordou ser necessária uma reflexão alargada: temos de pensar em termos de complementaridade e não de competição entre Unidades Orgânicas, temos de equacionar que há Escolas que têm grande capacidade de captar alunos mas que não têm capacidade para crescer mais, temos de ter em conta que qualquer alteração nos cursos demora cinco anos a ter reflexos, pelo que é preciso prever o que vamos precisar nessa perspetiva temporal, saber a tendência, e também temos de repensar os modelos de ensino, caminhar para o digital mas com a consciência de que não vamos conseguir competir com as grandes universidades digitais, temos de saber onde podemos competir. Quanto à forma como nos ligamos às empresas, o PIPC referiu que foi iniciado um projeto há três anos atrás, o projeto dos embaixadores, mas que ainda não deu frutos devido aos constrangimentos provocados pela pandemia. Informou ainda que outro passo que será dado assim que a situação epidemiológica o permitir será o de identificar uma rede de ex-alunos que possam fazer a ligação às empresas. Quanto à formação ao longo da vida, informou que há cada vez mais oferta nas Escolas mas que é preciso reflexão para não entrarmos num processo que coloque as Escolas a competir umas com as outras, tendo considerado que há um mercado grande na área das competências digitais onde podemos ser muito competitivos. O PIPC informou ainda que estamos a trabalhar com a CIM para concorrer aos fundos europeus e que em relação ao PRR já reuniu com a Presidente da CCDRC e que aguardamos a definição dos concursos para sabermos para onde temos de ir e como nos organizar. -----

Após o debate a PCG colocou o Plano de Atividades do IPC e respetivos mapas de pessoal a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. O conselheiro Fernando Belfo fez a seguinte declaração de voto: "Voto favoravelmente o PA mas lembro a necessidade de ser incluída a ação da obra comum da ESAC e do ISCAC como ação a desenvolver". Após a votação deste ponto ausentaram-se os conselheiros Adalberto Campos Fernandes, Cristina Trigueiro e Ricardo Rodrigues e entrou na reunião o conselheiro Hugo Fonseca. -----

----- **Ponto 7 – Discussão e votação do Orçamentos do IPC e do Orçamento dos SAS para 2021.** A PCG deu a palavra ao PIPC que procedeu à apresentação dos Orçamentos do IPC e dos SAS para 2021 (Docs. 8 e 9). Concluída a apresentação, a PCG deu a palavra aos conselheiros e aos convidados para que se pronunciassem. -----

O conselheiro Fernando Belfo referiu que o orçamento e o PA estão relacionados, que alguns dos objetivos precisam de verbas e de disponibilidade financeira para serem concretizados e que no caso do ISCAC o que se nota desde há alguns anos é que o orçamento está muito aquém daquilo que deveria ser. Referiu que o ISCAC é neste momento a Escola com mais alunos e que, apesar de o orçamento não ter só a ver com o número de alunos, por haver cursos que têm mais custos do que outros, o orçamento do ISCAC é muito inferior ao que deveria ser. Referiu que isso se materializa por exemplo no ratio de despesas do orçamento de estado com pessoal e que se manifesta noutros desequilíbrios, o que condiciona todo o funcionamento da Escola. Considerou que a médio prazo deveria haver uma linha que fosse clara e que perspetivasse a dois, três ou quatro anos, uma correção da lógica da distribuição orçamental, e que é isso que pensa que não está a acontecer. -----

A conselheira Madalena Abreu questionou o PIPC sobre o argumentário, a estratégia, para a distribuição do orçamento pelas Escolas sendo que nesse argumentário há uma grande mensagem sobre a forma como devemos trabalhar. Referiu que a eficácia não parece ser o padrão de como é distribuído o orçamento, desde logo pela captação de receitas próprias em que o ISCAC se destaca de todas as outras Escolas e que consegue financiar o seu core business em 58%. Referiu também que o orçamento não contempla os alunos do 2º ciclo, mas apenas os do 1º ciclo, e que o plafond do orçamento de estado por aluno tem um valor muito menor no ISCAC do que nas outras Escolas. Referiu ainda que o ratio número de alunos/docente é muito relevante para os professores poderem investigar e desenvolver outras ações, e que este valor é muito superior no ISCAC, ratio de quase 30 alunos por docente, do que nas outras Escolas. Questionou como é afetado o dinheiro, como chegamos a estes números, que parecem tão desequilibrados entre as Escolas. -----



**Politécnico
de Coimbra**

ATA Nº 3/2021

Conselho Geral

O conselheiro Adélio Saraiva referiu que aquilo que tinha para dizer já em parte tinha sido dito pelos colegas, tendo acrescentado que o orçamento do ISCAC tinha tido um acréscimo em 2019 e que decresceu em 2020 e agora em 2021. Referiu ainda a dificuldade em concretizar outras ações de investigação, de desenvolvimento, entre outras, pelo facto de terem muitos alunos por docente. -----

O Presidente do ISCAC, Pedro Costa, referiu compreender a dificuldade que há em fazer um orçamento por parte do IPC, em gerir os poucos recursos que temos à nossa disposição, mas não poder deixar de manifestar o seu desagrado pelo plafond atribuído ao ISCAC, tendo informado que o OE foi aprovado pelo Conselho de Gestão, mas com o seu voto contra pelo subfinanciamento da sua Escola. Salientou que o valor referido no OE inclui a compensação pelo decréscimo do valor das propinas, que vem apenas substituir aquilo que os alunos pagariam com as propinas. Salientou que a Escola com maior défice orçamental é o ISCAC, que o OE não permite pagar salários e que a Escola se vê obrigada a um esforço ímpar para produzir receitas. Referiu que algumas Escolas estão claramente subfinanciadas face às suas necessidades e que deveria haver uma estratégia de convergência que fosse mantida sem alteração de critérios de um ano para o outro. Referiu ainda que não compreende que ao fim de três anos não haja uma política de convergência na distribuição do orçamento e que é necessário ter um racional ligado à estratégia que se pretende incutir e premiar, não se podendo penalizar uma Escola porque gera dinheiro. Referiu também que não compreende que os alunos de mestrado não sejam contemplados no orçamento do IPC, que os retira na redistribuição pelas Escolas, ainda mais quando acabámos de ouvir a importância de captar alunos de mestrado. -----

A conselheira Cristina Agreira referiu achar preocupante o subfinanciamento do ensino superior e que terá de se exigir ao Estado que pague mais por aluno. Referiu que, maioritariamente, as Escolas pagam salários, e que não conseguem sobreviver assim. Referiu que para os docentes serem dispensados para realizarem outras atividades é necessário contratar novos docentes e que não há financiamento para os contratar. Referiu também que o ISEC tem equipamentos que precisam de ser reparados e que não há verba para os reparar. Referiu ainda que o orçamento dos Serviços Centrais tem um incremento que não se vê nas Escolas e solicitou ao PIPC que explicasse o facto dos Serviços Centrais terem um orçamento superior ao de algumas Escolas. -----

O conselheiro Carlos Veiga salientou que podemos discutir a repartição do orçamento do IPC quando todos conhecermos como se trabalha e como se estuda em todas as Escolas do IPC. Referiu concordar que estamos a ser subfinanciados, mas que quando falamos em repartir um orçamento temos de analisar as condições de trabalho, onde se gasta o dinheiro e o que esse dinheiro nos proporciona, e que só depois dessa análise teremos capacidade para saber se o orçamento está bem ou mal repartido. Solicitou ainda

ao PIPC que informasse se no ano anterior houve alguma Escola que tivesse utilizado saldos para pagar as suas despesas. -----

O conselheiro Tiago Estevão Martins referiu que, focando-nos sobre a forma como o orçamento total é dividido, há uma questão que releva da discussão que foi tida, uma vez que há um descontentamento mais notório por parte de uma das Escolas, e que não ficou totalmente perceptível em que medida é que há uma situação de excecionalidade, neste caso negativa, em relação a essa Escola. -----

A PCG deu a palavra ao PIPC para que esclarecesse as questões colocadas. O PIPC salientou que enquanto não tivermos a contabilidade analítica a funcionar podemos sempre fazer a interpretação que quisermos e podemos ir buscar os indicadores que entendermos, sendo que por exemplo, em relação à eficácia da formação, podemos ver quantos alunos terminaram o curso na duração normal e quantos alunos repetentes estamos a financiar em cada Escola. Referiu que a forma como o orçamento foi distribuído em 2021 é exatamente a mesma de 2020, que não contabilizar os alunos de mestrado é uma estratégia que visa impedir que haja cursos a funcionar com um número de alunos que não garanta a sua sustentabilidade, que o 2º ciclo é autofinanciado, a verba para o 1º ciclo vem do OE e a verba para os CTESP vem do financiamento do FSE para os CTESP. Referiu ainda que Lisboa não dá dinheiro por aluno, que de 2009 para cá o orçamento foi atribuído com base no histórico. Referiu também que a melhor maneira de equilibrar as contas é equilibrar o número de alunos, que cada vez que uma Escola cresce está a desvalorizar o valor por aluno, que quanto mais alunos tivermos menos financiamento temos por aluno. Referiu ainda que está a ser aplicada uma fórmula de convergência na distribuição do orçamento, que estamos realmente a convergir de acordo com o plano de 10 anos que apresentou ao Conselho de Gestão, que há um caminho de convergência que estamos a fazer, mas que vai demorar. Informou que todas as Escolas chegaram ao fim do ano com saldo. Relativamente aos Serviços Centrais informou que foram acumulados cinco milhões ao longo dos últimos quatro anos, sendo que um milhão vai para a obra da cantina da ESEC, três milhões para o edifício comum da ESAC e do ISCAC e um milhão e quatrocentos mil euros para a obra de recuperação da Casa do Bispo. Informou ainda que os Serviços Centrais adiantaram quatrocentos mil euros à ESAC para a construção da clínica veterinária, indispensável para não perder o curso. O PIPC salientou que os Serviços Centrais e as Escolas só gerem 10% da verba total do orçamento, uma vez que todo o resto está alocado à partida, que tem sido feito um forcing para obter mais, e que estamos muito atentos às possibilidades de financiamento que aí vêm para aproveitar tudo o que for possível do PRR e do fim do Quadro 2020. Referiu ainda que o ISCAC não é prejudicado com a distribuição do orçamento, que o IPC tem um contrato assinado pelo qual sobe 2% ao ano e que o ISCAC, como disse o seu Presidente, subiu 3%. -----

A PCG deixou uma mensagem muito clara, que não teremos futuro se não tivermos uma estratégia de cooperação interna e que é necessário aproveitar muito bem os fundos disponíveis e o PRR. Dando por terminada a discussão deste ponto, a PCG colocou a votação o orçamento do IPC, o qual foi aprovado por maioria, com os votos contra dos conselheiros Adélio Saraiva, Fernando Belfo e Madalena Abreu, e as abstenções dos conselheiros Hugo Fonseca e Nuno Mendes. Os conselheiros Fernando Belfo e Madalena Abreu fizeram a seguinte declaração de voto: "A proposta de orçamento do IPC não apresenta um equilíbrio entre a dimensão de cada escola e o orçamento que lhe é atribuído. Por exemplo, os alunos de 2º ciclo não são considerados nesta distribuição, facto particularmente penalizador no caso do ISCAC, a escola atualmente com mais alunos do IPC e com grande contributo de alunos de 2º ciclo. Mesmo reconhecendo que este equilíbrio não pode ser atingido no curto prazo e que é importante haver solidariedade entre as várias unidades, considera-se que não são justos, nem claros os critérios de distribuição orçamental atuais, nem parece existir uma estratégia para se atingir este equilíbrio num prazo razoável." Seguidamente, a PCG colocou a votação o orçamento dos Serviços de Ação Social, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 4 – Participação do IPC na Associação Portuguesa de Serviços Desportivos do Ensino Superior – APSDES.** A PCG deu a palavra ao PIPC que apresentou a proposta de participação do IPC na Associação Portuguesa de Serviços Desportivos do Ensino Superior – APSDES (Doc. 10). Seguidamente, a PCG deu a palavra aos conselheiros. Interveio o conselheiro Hugo Fonseca que solicitou esclarecimentos adicionais sobre o documento em si, saber se é um documento fechado ou ainda em aberto a discussão por parte dos órgãos das instituições de ensino superior que vão integrar a associação, sobre as categorias dos associados e respetivo direito a voto, sobre a intervenção da Federação Académica do Desporto Universitário, sobre os serviços que a associação pretende pôr em prática e sobre a data para a fundação da associação e para a integração do IPC. A conselheira Madalena Abreu questionou como é que o IPC vai participar, quais os impactos previstos, qual o número de alunos que vão estar envolvidos e em que tipo de atividades. O conselheiro Tiago Estevão Martins perguntou se esta estrutura tem uma missão complementar à da Federação Académica do Desporto Universitário, se é uma complementaridade, e de que forma se vão articular. O PIPC informou que a associação é uma estrutura complementar à atividade da FADU e a outras estruturas do desporto, que está assente nas estruturas diretivas das Universidades e Politécnicos, através dos seus gabinetes de desporto, e que no IPC será gerido maioritariamente pelos estudantes. Informou também que está previsto que a escritura de constituição da associação tenha lugar este mês e que do ponto de vista financeiro não está ainda definido o valor da quota. O conselheiro Pedro Fadiga referiu que no IPC está a ser feito o caminho para



conseguir alguma união em termos desportivos, mas que só conseguimos mais e melhor se estivermos unidos, acreditando que a associação possa ajudar nesse sentido e que será uma vantagem para o IPC estar associado desde o início. A PCG colocou a votação a proposta de participação do IPC na APSDES, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com um pedido de prestação posterior de informação adicional. -----

----- **C) OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **Ponto 8 - Outros assuntos.** Não foram discutidos outros assuntos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pela Presidente do Conselho Geral e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei. -----

Ana Cristina Abreu